

O RESGATE DA CIDADANIA EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO

Zilá Mesquita¹

O presente trabalho pretende oferecer algumas reflexões a respeito do conceito de cidadania e dos territórios de seu exercício, estimuladas a partir da leitura de alguns textos, sobretudo da obra "*O espaço do cidadão*" do professor Milton Santos. Nesta obra, publicada há quase dez anos atrás, ou seja: em 1987, o autor já denunciava a não-cidadania ou a cidadania atrofiada, características do assim chamado "Terceiro Mundo", centrando sua análise em especial no caso do Brasil.

Desenvolve aí a tese de que o cidadão é freqüentemente tomado como um consumidor ou um usuário, o que foi e ainda tem sido estimulado pelo modelo econômico preconizado para o país nas últimas décadas. Em conseqüência, as condições necessárias ao efetivo exercício dos direitos civis, políticos e sociais, constituintes da cidadania plena, têm sido obliteradas a um grande contingente da população, sobretudo a seus segmentos mais desfavorecidos

Diante destas circunstâncias, em que o modelo econômico tem sido o paradigma condutor de uma sociedade civil extremamente vulnerável, dadas as suas características de desigualdades sociais acentuadas, o autor preconiza a importância e a necessidade de um novo modelo cívico.

Dentre as várias implicações mais recentes que contribuem para a dificuldade de construção deste novo modelo cívico, há uma que certamente não pode ser esquecida. Trata-se do fenômeno da globalização, tema, aliás, ao qual Milton Santos tem especialmente dedicado muitas de suas reflexões e que tem sido largamente difundidas.

¹ Professora Adjunta. - Programa de Pós-Graduação em Administração - PPGA Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Porto Alegre, RS, Brasil. O presente trabalho foi apresentado no Encontro Internacional "*O mundo do cidadão - um cidadão do mundo*" realizado em São Paulo, na Universidade de São Paulo em 1996.

Algumas implicações da globalização sobre a cidadania

Muito se tem proclamado o fim das fronteiras enquanto barreiras geográficas - instâncias restritoras do livre comércio entre as nações - como decorrência da globalização. Esta tem sido entendida como intensificação das relações comerciais internacionais, através da segmentação da produção pelas grandes corporações que se valem, no melhor estilo neoclássico, das vantagens comparativas oferecidas pelos países e entre blocos econômicos. É o estandarte da competitividade como valor máximo a alcançar pelos blocos, países e/ou por suas regiões e até mesmo cidades, que tem sido unanimemente proclamado pelos arautos desta nova ordem econômica.

Em realidade, o que tem sido dado observar é um movimento de ajuste e de reestruturação gerado a partir dos países capitalistas de industrialização avançada. Francisco de Oliveira² chegou mesmo a afirmar que globalização significa hoje acessar mercados em dólar e receber em dólares.

Vários autores têm apontado para os efeitos econômicos e sociais deste ajuste, como o aumento do desemprego, novas formas de reorganização do trabalho via terceirização que desobriga as empresas dos encargos sociais e o "deslocamento" e segmentação do processo produtivo entre países, permitindo auferir lucros pelas diferenças cambiais, incentivos fiscais ou baixos salários nacionais ou regionais de uma mão de obra devidamente controlada.

Contudo além destes efeitos econômicos, há que apontar outros pelas suas profundas repercussões sobre a cidadania. M.Santos ao sustentar em 1987 que o cidadão é freqüentemente tomado como um consumidor ou um usuário, não deixa de ter razão ainda hoje. A mídia está aí para evidenciar o apelo ao consumo e a sedução do mesmo, ao qual todos querem ter direito de acesso.

Porém torna-se imprescindível ressaltar que o consumo se alia simultânea e contraditoriamente aos efeitos globais de ajuste sobre o emprego e os salários. Não é à toa que a Espanha é a campeã européia do desemprego respondendo por 25% de sua força de trabalho, ou também que o desemprego ao redor de 18% na Argentina e a ameaça do seu agravamento, foi o elo capaz de unificar forças politicamente contrárias numa greve geral em setembro de 1996, de protesto contra um governante que até então aparecia como o organizador da estabilidade econômica.

No Brasil convivemos com uma situação de subemprego antiga, portanto estrutural. Há uma convivência acomodada a esta situação em que 50% da

² Em palestra do dia 29/08/96 sobre a Reforma do Estado, em Porto Alegre, na Sociedade de Economia do RS.

população brasileira não tem carteira de trabalho; insere-se no setor informal da economia. Além disso, alguns dos efeitos da globalização sobre o trabalho, parecem já estar se fazendo notar também aqui. Informa o jornal "Folha de São Paulo" de 15/09/96 que, segundo levantamento inédito do Ministério do Trabalho, o país perdeu 2,060 milhões de empregos formais (com carteira assinada) de janeiro de 1990 a junho de 96, uma vez que as empresas contrataram neste período 52,508 milhões mas demitiram 54,568 milhões. A isto é necessário acrescentar que no mesmo período a população economicamente ativa, segundo dados do IBGE, teve um acréscimo de 9. 670. 460 de trabalhadores.

Ainda segundo esta fonte, não há consenso sobre as causas desta diminuição, embora alguns especialistas indiquem a abertura da economia, a entrada de produtos importados, novas tecnologias e custos de mão de obra formalmente contratada como as causas mais comuns para a queda do número de pessoas com carteira de trabalho assinada.

Não faz muito tempo, um documentário na televisão entrevistando vários técnicos americanos de nível superior, com mais de 40 anos, todos desempregados, mostrava que muitos deles ao se candidatar a um emprego omitiam no currículo parte de sua experiência profissional, para não serem descartados por seus entrevistadores, todos eles mais jovens, menos experientes e mais competitivos. Já se tem notícia de alguns casos semelhantes no Brasil, o que demonstra que algumas estratégias globais realmente não têm fronteiras...

No caso do país, some-se a isto a questão da fome e da exclusão social que, aliás, não é um problema unicamente brasileiro. Como se sabe, ele atinge estruturalmente há séculos vários segmentos dos povos latino-americanos e do assim chamado "Terceiro Mundo". Basta lembrar que a América Latina ocupa o segundo lugar no mundo com os maiores índices de desemprego, segundo a Associação Latino-americana de Direitos Humanos (ALDHU). Essa entidade alerta que os 270 milhões de miseráveis da América Latina e Caribe serão 300 milhões na virada do século - ou 65% do total da população. Aproximadamente 55 milhões de latino-americanos estão passando fome.

Mesmo um país como o Brasil, considerado em análises recentes um Novo País Industrial (NPI) com um estágio tecnológico intermediário no contexto mundial, continua a abrigar estruturalmente tais problemas, que se têm agudizado nas últimas décadas lançando nas ruas milhares de "sem terra", "sem emprego", "sem teto", "sem comida"! A situação chegou a tal ponto, que entidades como a ONU, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IPASE e a Igreja Católica lançaram em 1993, uma Campanha contra a Fome a nível nacional, mobilizadora de amplos setores da sociedade. A marginalidade

é corolário desta exclusão social cujo exemplo mais difundido³, por que ocupou até as manchetes internacionais, é o dos meninos de rua que perambulam pelas cidades do país.

A denúncia desta exclusão social que começa pela privação alimentar, entretanto, não é de hoje. Há décadas, analisando o problema, Josué de Castro escreveu um livro denominado "*A Geografia da Fome*". Este, entretanto, nunca foi atacado pela raiz, ou seja: a ponto de tentar erradicá-lo ou ao menos torná-lo um problema mínimo no país. Diante da imensidade do problema em crescente evolução, foram desenvolvidas pelo Estado ao longo das últimas décadas, ações paliativas ou pontuais naquelas regiões do território nacional que apresentavam maior potencial de conflito social. Os recursos alocados para tais ações porém, foram suplantados de longe por aqueles que priorizavam a acumulação de capital nos setores modernizadores da economia, concernentes a um modelo visando à competitividade no mercado internacional.

"(...)Constata-se portanto que quase 32 milhões de brasileiros - o correspondente à população da Argentina - defronta-se diariamente com o problema da fome". Ainda segundo este documento⁴, há 9 milhões de famílias cuja renda mensal lhes garante, na melhor das hipóteses, a aquisição de uma cesta básica de alimentos. Este foi o limite para determinar a população que apresenta condições mais graves de insuficiência alimentar. A metade destes 32 milhões está nas cidades; 7 200 000 no Nordeste; 4 500 000 nas áreas metropolitanas. Apesar desta concentração no Nordeste e em grandes cidades, a fome "urbana" espalha-se por todo o território nacional. Em outras palavras: ela hoje se estende também pelas médias e pequenas cidades do interior do país" (Mesquita, 1994: 2,3 e 6).

Sob tais condições, torna-se claro que a cidadania no Brasil, para um expressivo contingente de seu povo, passa pela resolução de necessidades básicas de sobrevivência. Porém, se quisermos avançar mais a reflexão sobre a realidade atual, faz-se necessário comentar não apenas as conseqüências socio-econômicas, mas alguns aspectos socio-culturais atinentes à mesma que incidem mais diretamente sobre o tema da cidadania.

O primeiro deles, com profundas repercussões sobre a cidadania, é a ampla disseminação da tese de que vivemos numa era de individualismo crescente, capaz de derrocar qualquer ideal socialista de participação democrática face a uma indiferença generalizada e omissão manifesta dos cidadãos nas urnas,

³ E talvez o mais doloroso...

⁴ O documento citado neste trabalho é: - PELLIANO, Anna Maria, coord. - Documento de Política n. 14: "O Mapa da Fome: subsídios à formulação de uma Política de Segurança Alimentar" - março de 1993.

em vários países onde o voto não é obrigatório. Seria temerário analisar realidades de outros países desconhecidas e cuja informação não ultrapassa aquela que a mídia oferece, mas percebe-se aí um primeiro viés na concepção de cidadania, restrita à participação eleitoral, portanto ao exercício de apenas uma das categorias de direitos que constituem a cidadania: - os direitos políticos.

A presente proposta tem um caráter mais modesto. Restringe-se a comentar, ainda que brevemente, primeiro alguns aspectos impregnados no ator brasileiro que parecem estar bloqueando o efetivo exercício da cidadania, independente de classe ou condição social. Após são ressaltados alguns aspectos teóricos constituintes da mesma como pano de fundo para uma análise, nos limites permitidos por esta comunicação, das vulnerabilidades e condições para uma cidadania possível no Brasil, ou, nas palavras de M. Santos, para a constituição de um novo modelo cívico.

Ultrageneralizações cerceadoras do exercício da cidadania no Brasil

Além das questões socio-econômicas antes comentadas, indicadoras das disparidades de renda que afligem grande número de cidadãos no país, há algumas ultrageneralizações⁵ que se disseminam no cotidiano, sem que, ao que parece, disso nos conscientizemos o suficiente.

Estes estereótipos sócio-culturais simultaneamente servem para travestir nossa identidade cultural como povo, contribuindo para nossa imagem do "brasileiro cordial", "boa paz", sem uma história sangrenta de conflitos ou guerras intestinais, em suma: um povo pacífico - mas servem também para contaminar e até se tornar um óbice ao efetivo exercício de nossa cidadania. Sem a pretensão de esgotá-los, a seguir são apresentados alguns deles.

Estereótipo n.1: - "*Só podia ser no Brasil!*" Face a um acontecimento desagradável - seja ele um episódio de corrupção, de violência, de desperdício ou desrespeito ao ambiente, que prove "a falta de educação *do nosso povo*", é comum ouvir-se esta expressão, como se nada disso ocorresse no exterior, expressão esta desveladora dos subterrâneos de nossa baixa auto-estima, enquanto povo. Ela é fruto, talvez, de um "complexo de colonizado" que, a bem da verdade, nos foi inculcado desde os tempos anteriores a Pombal e por ele reforçados quando coibiu a educação no Brasil, - ao mesmo tempo em que absorvemos a imagem do colonizador português muito próximo a nós,

⁵ Ultrageneralização - conceito magistralmente trabalhado Agnes Heller in: *O cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra. Copyright 1970 - 4.ed. brasileira 1992.

proximidade essa que chegou até à miscigenação com índios e negros, reveladora de uma aparente ausência de preconceitos.

Estereótipo n.2: - "*Reclamar, pra que? Só vou me incomodar e não vai dar em nada!*" Esta atitude de impotência face a uma injustiça, pode ser e é freqüentemente interpretada como um comodismo, uma ausência de vontade de fazer valer os seus direitos. Face a um direito usurpado, em que foram ou sentiram-se lesados, quantos recorrem, por exemplo a um juizado de pequenas causas, ou à polícia ou a outras instâncias administrativas? Comodismo? Medo de represálias? Desinformação? Várias poderiam ser as hipóteses à espera de averiguação para que possam ser sanadas.

Estereótipo n.3: - "*Ir lá? Eu não! Já está tudo decidido e já sei qual vai ser o resultado!*" Este poderia ser cognominado o estereótipo do jogo do poder, revelador de uma atitude de impotência face às regras implicitamente estabelecidas. Pode ser encontrado para justificar ausências numa assembléia de condomínio, numa reunião profissional, etc, onde se sabe que os "donos do poder" já articularam suas estratégias de permanência. Trata-se efetivamente de regras do jogo pré-estabelecidas numa sociedade que maquia o seu lado autoritário; um outro modo de dizer, sentir e agir cuja mensagem é: "aos adversários a lei; aos amigos os favores, as regalias" e que corrói na base a construção da cidadania.

Estereótipo n.4: "*Os políticos são todos iguais. Votar? Eu vou é justificar o meu voto! Fiscalizar quem foi eleito? Pra quê? Sai governo, entra governo, dá tudo na mesma! Eu, não!*" O poeta Mário Quintana escreveu certa vez: "O pior analfabeto é aquele que sabe ler e não lê" Transpondo-se para a situação do exercício de um direito político de cidadania, tem-se aqui a fala do cidadão auto-excludente, descrente da democracia representativa é óbvio, mas também a anos-luz de qualquer consciência de conquista social. Este cidadão não se inscreve só entre os 32 milhões de miseráveis, ou nos 50% da força de trabalho do setor informal, como se poderia talvez imaginar, mas dissemina-se entre os trabalhadores com carteira assinada, entre a classe média e profissionais liberais. É esta atitude que é freqüentemente identificada com o individualismo dos tempos da globalização. Porém será apenas o novo arranjo da ordem global o responsável por ela?

Estereótipo n.5: "*O Brasil não é um país sério*". A tão difundida frase do general De Gaulle tem muitas vezes reforçado o estereótipo n.1 e contribuído para que nos aceitemos sob a imagem do país do carnaval, do futebol e da malandragem, como se aqui não se trabalhasse ou se trabalhe pouco. Não saberia como cognominá-lo melhor, mas parece-me que o seu fulcro reside no fato de que temos pouquíssima consciência dos dados sociais antes apontados sobre nossa realidade. Parece-me que ele habita nos subterrâneos de nossa memória

coletiva e de nosso imaginário político frágil e velado que nos leva a aceitar sem questionar o que disse aquele presidente francês sobre nós. Conheceria ele, por exemplo, e nós também, as condições de trabalho adulto e infantil em várias regiões do Brasil? Teria lido o artigo de Geraldo Müller: "O não direito do não-cidadão", publicado ainda nos anos 80?

Melhor seria caracterizar tal estereótipo por uma *inconsciência* de nossa diversidade e de nossa unidade territorial. E territorial aqui remete ao locus da cultura, como bem o situa M. Santos. Mas é imprescindível acrescentar e sublinhar: ao locus da política *a construir* no cotidiano de nossas vivências.

Mesmo vivendo num país de dimensões continentais, com intensos movimentos de migração interna e uma mídia televisiva que se apropria, difunde (mas também *filtra*) valores culturais, que em tese favoreceriam o conhecimento e respeito à diversidade cultural, parece que esta inconsciência é generalizada. É por isso que muitos de nós aceitamos acriticamente esta imagem e este estereótipo. Tal inconsciência generalizada parece só adquirir contornos quando e se nos afastamos do país. Um exemplo distante no tempo dessa descoberta nostálgica encontra-se nos versos de Gonçalves Dias em sua "Canção do Exílio": - "*Nossa terra tem palmeiras onde canta o sabiá, as aves que aqui gorjeiam não gorjeiam como lá*" Embora possa ser interpretada como uma versão ufanista de amor à pátria, e por isso não seja levada a sério, ela pode também ser reveladora de um real conhecimento crítico que não temos ou que temos muito débil. Um exemplo mais próximo é a pergunta que alguns estrangeiros fazem a respeito do país: "O que faz a unidade do Brasil?" Seria interessante imaginar as respostas que uma enquete deste tipo coletaria entre os brasileiros de diversas regiões. Ela talvez contribuísse para insumir elementos básicos aos movimentos sociais, às ONGs e a outras organizações da sociedade preocupadas com a construção de uma efetiva cidadania neste país.

Em suma: A baixa auto-estima apresentada no estereótipo n.1, tanto quanto o ufanismo ou a aceitação acrítica de nossa imagem externa, o comodismo, medo, indiferença ou resignação, velados pelos demais estereótipos, são atitudes que contribuem para uma caricatura de cidadania.

Cidadania: - origens e pressupostos:

É interessante frisar que a cidadania nasceu em duas fontes. Primeiro alimentada pelas idéias precursoras de Rousseau inspirada no princípio da comunidade (Souza Santos, 1994, pp.204 e206) e pelas dos iluministas, e segundo, como bem lembra Da Matta (1987), no bojo das revoluções americana

e francesa, impulsionada pelo desejo de ascensão social e de se tornar classe governante por parte da burguesia, contra a classe dominante da época: - a dos aristocratas. É neste contexto que renasce das cinzas gregas a fênix da democracia, desta vez com um caráter universalista sob o ideário de liberdade, igualdade e fraternidade, cujo principal legado se consolidou na Declaração dos Direitos Humanos. Seja sob a forma direta consubstanciada em assembléias, referenduns e plebiscitos; seja sob a forma representativa ou sob a forma semi-direta expressa como processo participatório, a democracia passa a reger a concepção de cidadania enquanto exercício de algo mais abrangente: - os direitos humanos.

É assim que o conceito liberal e burguês de cidadania assume um caráter de *universalidade*, isto é: uma entidade geral, universal e abstrata, dotada de: *autonomia*, (de que o “*self-made man*” do imaginário americano é um exemplo); de *espaço interno, privacidade, liberdade, igualdade e dignidade* (que privilegiam o indivíduo, o sujeito, portanto a subjetividade). E por que ainda o caráter universal? Por que foi ele que justificou um modo racional de se posicionar que contrabalançasse, compensasse ou até eliminasse a teia de privilégios que se cristalizavam em diferenciações e hierarquias em favor dos “notáveis locais” e da aristocracia. O caráter nivelador e igualitário, por sua vez, se explica como um corolário do universal porque a idéia de cidadania assim concebida, abria caminho decisivo para a possibilidade de liquidar com as leis particulares, os *privilégios*, que davam à nobreza e ao clero direitos de terem leis especiais (donde a necessidade do igualitário).

A partir da memória destas origens universalistas e igualitárias, é possível analisar a cidadania como um princípio; como um papel social; como uma construção social e como uma construção social *conquistada*.

Cidadania: princípio, papel e construção social

A sociedade liberal da qual recebemos esta herança, “é caracterizada por uma tensão entre a subjetividade dos agentes na sociedade civil e a subjetividade monumental do Estado. O mecanismo regulador dessa tensão é o princípio da cidadania, que, por um lado limita os poderes do Estado e por outro universaliza e igualiza as particularidades dos sujeitos de modo a facilitar o controle social de suas atividades e, conseqüentemente, a regulação social” (Sousa Santos, 1994, op. cit.). Retomar-se-á mais adiante tal concepção ao refletir sobre o caso brasileiro. O que importa no momento reter é que, para a teoria política liberal que inspirou a formação dos estados nacionais do Ocidente, o princípio da cidadania age como mecanismo regulador entre os sujeitos

inseridos na sociedade civil e aqueles atuantes na sociedade política, ou seja: - o Estado.

Retomemos agora uma assertiva de Milton Santos: “O fato, porém, é que não é lícito confundir o liberalismo de Tocqueville ou o cidadão da era do capitalismo concorrencial com o cidadão na era teletrônica. Impõe-se a necessidade de atualização do conceito e do instituto correspondente” (1987:10). É indubitável esta necessidade, ainda que, salvo melhor juízo, não se tenha suficiente clareza sobre o novo sujeito que está sendo gerado sob as velozes transformações nas condições de trabalho e nos estilos de viver. Mesmo sob o signo destas transformações, e a partir delas, creio ser preciso repensar e recriar na prática a cidadania como um papel social a aprender ou a reaprender.

A cidadania como um papel social, se não tivesse qualquer outra justificativa, encontraria apoio na própria idéia de nação. Essa é *sempre uma construção social*, em que se albergam os amálgamas da sociedade civil: - os usos, costumes, tradições, leis e normas, isto é, a regulação, e um passado comum, uma memória coletiva. Em alguns períodos, por razões de crise interna ou externa, ou ainda mais afortunadamente embora raro, em condições de paz e construção consensual, explicita-se também o imaginário político de um povo como parte desta construção social.

Já o Estado-nação, como bem se sabe, agrega a estes elementos o território. É aí que se efetiva numa escala de intensidade variada o exercício da cidadania. Ou, no dizer de M. Santos: “É no território, tal como ele atualmente é, que a cidadania se dá tal como ela é hoje, isto é, incompleta. Mudanças no uso e na gestão do território se impõem, se queremos criar um novo tipo de cidadania, uma cidadania que se nos ofereça como respeito à cultura e como busca da liberdade” (Santos, op.cit.:5).

Porém, parece-me, o *vir a ser* desta cidadania permaneceria incompleta se no imaginário político desejado (Mesquita, 1988) não a qualificarmos com um outro elemento: - o de se constituir não em uma construção social *outorgada* como bem a desenhou a teoria política liberal, mas quando esta possibilidade de construção se redesenha no cotidiano dos cidadãos e dos sujeitos sociais da sociedade civil, como um princípio, sim, mas um princípio em que o mecanismo regulador permita a emergência de novos territórios de publicização e debate das decisões.

Enfim, a cidadania precisaria ser concebida no novo modelo cívico: - como este *princípio*; como *um papel social a aprender* por todos e cada um; como *uma construção social*; porém mais que isso: - como *uma construção social conquistada* e calçada em valores éticos diferentes daqueles da pura competitividade, que, afinal, só faz reafirmar a ética liberal destruidora de

solidariedades, cujo recado é: - vença o mais forte, o mais apto, o mais belo, o mais capaz, e na qual o homem passa a ser o lobo do homem e não o que realmente é: - não o seu igual, mas o seu semelhante, capaz de respeitar diferenças.

Para um resgate da cidadania no Brasil

Para que não se retenha destas reflexões uma visão meramente constatatória, é importante lembrar que, desde o novo modelo cívico preconizado por Milton Santos em 1987 até hoje, como o resto do mundo, o país tem mudado. Nem sempre se torna fácil identificar a direção destas mudanças. Sousa Santos (1994:215-16) assinala que as duas últimas décadas ainda que contraditórias, têm acontecido marcadas pela experimentação social, pela formulação de alternativas mais ou menos radicais ao modelo de desenvolvimento econômico e social do capitalismo e de afirmação política de novos sujeitos sociais - tanto os novos movimentos sociais dos países centrais quanto os movimentos populares na América Latina.

De fato, se examinarmos algumas experiências a nível local no Brasil, embora sem a pretensão de oferecer prescrições, é possível afirmar que tem havido um contraponto tanto aos aspectos negativos da globalização, quanto aos estereótipos antes comentados, com vistas a mobilizar a cidadania. Exemplo disso foram os práticas brasileiras em territórios urbanos, visando à melhoria da qualidade de vida e ao desafio da participação, selecionadas para serem apresentadas na recente Conferência do Habitat II promovida pela ONU, tais como o projeto de reabilitação de favelas de Fortaleza; a coleta e reciclagem seletiva do lixo de Recife; o orçamento participativo de Porto Alegre, cuja experiência já está se disseminando por outras cidades do país.

Outras realizações estão emergindo a nível local, em propostas que demonstram iniciativas de governos municipais ou estaduais, mas sobretudo dos municipais, ou deles em parceria com segmentos da sociedade civil, como bem o atesta o Programa de Gestão Pública e Cidadania da Fundação Ford e da Fundação Getúlio Vargas que selecionou no início de julho de 1996, 20 projetos entre os 630 inscritos nas áreas de Administração e Governo; Infra-estrutura e Meio Ambiente; Serviços Públicos; Cidadania e Direitos Humanos e Desenvolvimento Econômico e Social. Apenas para ilustrar estas iniciativas e parcerias, na área de Administração e Governo, foram selecionados três projetos: - *Comissão Permanente de investigação e fiscalização das condições de trabalho* do Mato Grosso do Sul; *Modelo de gestão de resíduos sólidos* de Belo

Horizonte; e *Porto Alegre Mais - Cidade constituinte* de Porto Alegre. Na área de Cidadania e Direitos Humanos foram selecionados quatro projetos: *Projeto meninas de Santos* da cidade de Santos; *Programa casa rosa mulher* de Rio Branco, no Acre; *Programa municipal de informação ao consumidor* de Juiz de Fora e *Projeto Jaburu* da Reserva dos Xavantes, em Mato Grosso.

Neste processo de construção, movimentos populares e governos locais especialmente, têm atuado como parceiros na criação de alternativas de gestão do território.

Todavia ainda há muito por fazer, não há dúvida. Se fosse de alguma utilidade apontar indicações genéricas, há três que poderiam ser sugeridas. A primeira, seria um esforço concentrado de ações para que os 32 milhões de miseráveis, antes de tudo possam recuperar sua humanidade, para então apropriar-se de sua cidadania. A segunda, buscando promover programas de emprego e renda em parcerias de diversos tipos, visaria a uma redistribuição de renda. E a terceira seria buscar um projeto de sociedade para o Brasil, em que os cidadãos tivessem oportunidades de tomar consciência dos estereótipos impregnados no cotidiano para recuperar sua auto-estima como indivíduos e como povo engajado numa mesma construção social *a conquistar*.

Finalmente é necessário afirmar que do ponto de vista destas breves reflexões, tem-se consciência de que muitos aspectos foram omitidos, como por exemplo uma análise aprofundada das novas possibilidades de relação entre sociedade e estado, tanto no que se refere a novas modalidades de participação nas decisões, como a novas formas de relação entre democracia representativa e democracia participativa, bem como as alterações necessárias no interior do próprio estado.

Bibliografia:

- DA MATTA, Roberto. Cidadania: a questão da cidadania num universo relacional. *A casa & a rua*, Rio de Janeiro: Guanabara, p. 71-104
- Folha de São Paulo. *Brasil perde 2 milhões de empregos*. São Paulo, 15 de setembro de 1996, p. 1 e pp. 8,9 e 10 do caderno 1, Brasil.
- Folha de São Paulo. Habitat - Como abrigar 8 bilhões de pessoas até o ano 2025 - Conferência Internacional da ONU em Istambul, de 3 a 14 de junho discutirá plano de ação para enfrentar os problemas urbanos nas cidades de 150 países. *Especial*, 11 pp., São Paulo, 26 de maio de 1996.
- Folha de São Paulo. Mundo faz reunião de condomínio. 3º caderno, *Cotidiano*,

São Paulo, 2 de junho de 1996.

Informativo PDG Saúde UFRGS, Hospital de Clínicas e Irmandade da Santa Casa de Misericórdia - "Programa de gestão Pública e Cidadania". Porto Alegre, julho de 1996, ano 2, n.12.

MESQUITA, Zilá. *Movimentos emancipatórios: lutas políticas contra o Estado, fora dele ou dentro?* Não publicado. Apresentado no II Seminário Latino-americano de Geografia crítica: "Nuevos Roles del Estado en el reordenamiento del territorio", Buenos Aires, diciembre 1990.

MESQUITA, Zilá (1994). *O mapa da fome e a sede de autonomia*. Não publicado, 16pp.

MESQUITA, Zilá. Aprender com Porto Alegre: experimentando viver a cidadania na prática educativa. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Porto Alegre, n. 20, 1995, p. 127-133

MESQUITA, Zilá (1996). *Ações integradas de gerenciamento: experimentando uma política de compromisso com a cidadania*. Porto Alegre. Não publicado. 10 pp.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1994). Subjetividade, cidadania e emancipação. *Pela mão de Alice. O social e o político na Pós-Modernidade*. Porto: Edições Afrontamento, p. 203-241.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987. (Coleção Espaços).